

## Associação de Cultura, Educação e Assistência Social Santa Marcelina (Projeto Guri no Interior, Litoral e Fundação CASA)

CNPJ : 10.462.524/0003-10

| Demonstrações financeiras correspondente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022 (Valores expressos em Reais - R\$)   |      |                            |   |      |                   |  |                    |
|--|------|----------------------------|---|------|-------------------|--|--------------------|
| Balanço Patrimonial  |      |                            | Demonstração dos Resultados                     |      |                   |  |                    |
| Ativo  | Nota | 2022                       | Passivo   | Nota | 2022              |  |                    |
| <b>Ativo circulante</b>  |      | <b>9.061.432</b>           | <b>Passivo circulante</b>                       |      | <b>12.126.437</b> |  |                    |
| Caixa e equivalentes de caixa  | 4    | 3.974.611                  | Fornecedores                                    | 8    | 444.329           |  |                    |
| Recursos restritos vinculados a fundos   | 4    | 2.613.801                  | Passivo de arrendamento                         | 7    | 312.097           |  |                    |
| Adiantamentos diversos   | 5    | 2.200.921                  | Obrigações sociais e trabalhistas               | 9    | 1.569.197         |  |                    |
| Recursos restritos a receber - Matríz  | 11   | 100.000                    | Provisão de férias e encargos                   | 10   | 7.072.464         |  |                    |
| Estoques   |      | 70.139                     | Obrigações tributárias                          |      | 14.549            |  |                    |
| Despesas antecipadas   |      | 101.960                    | Projetos a executar                             | 11   | 100.000           |  |                    |
| <b>Ativo não circulante</b>  |      | <b>575.885</b>             | Fundos de reserva/contingência                  | 12   | 2.613.801         |  |                    |
| Imobilizado  | 6    | 66.773                     | <b>Passivo não circulante</b>                   |      | <b>288.962</b>    |  |                    |
| Ativo de direito de uso  | 7    | 509.112                    | Passivo de arrendamento                         | 7    | 222.189           |  |                    |
| <b>Total do ativo</b>  |      | <b>9.637.317</b>           | Recursos aplicados em ativos imobilizados       | 13   | 66.773            |  |                    |
| <b>Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras "carve-out"</b>  |      |                            | <b>Patrimônio líquido</b>                       | 15   | (2.778.082)       |  |                    |
| <b>1. Contexto operacional:</b> A Associação de Cultura, Educação e Assistência Social Santa Marcelina ("Associação"), constituída em 23 de outubro de 2008, é uma associação de direito privado, de natureza confessional, educacional, cultural, assistencial, beneficente e filantrópica, sem fins econômicos e lucrativos, que atua com a missão de formar pessoas utilizando a educação, a cultura e a assistência social como instrumentos de promoção, defesa e proteção da infância, da adolescência, da juventude e de adultos, em consonância com a Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e o Estatuto do Idoso, regida pelo seu Estatuto Social e pela legislação aplicável. A Associação de Cultura, Educação e Assistência Social Santa Marcelina participou da convocação pública, segundo o disposto na Resolução SC nº 42 de 24 de setembro de 2021, com o fim de celebrar contrato de gestão para gerenciamento do Projeto Guri no Interior, Litoral e Fundação Casa, que até o ano de 2021 foi gerido pela Sustenidos Organização Social de Cultura. Tendo sido a vencedora do certame, a Associação de Cultura, Educação e Assistência Social Santa Marcelina celebrou o Contrato de Gestão nº 01/2022 com a Secretaria de Cultura e Economia Criativa do Governo do Estado de São Paulo por meio do Processo SCEC-PRC-2021/07392, tendo como objeto o fomento, a operacionalização da gestão e a execução, das atividades na área cultural do Projeto Guri no Interior, Litoral e Fundação Casa ("Entidade"), para o período de 01/01/2022 a 31/12/2026, motivo pelo qual não há saldos comparativos referentes ao exercício de 2021 a serem apresentados nas Demonstrações Financeiras e Notas Explicativas. Para a execução deste novo Projeto, a Entidade utilizasse de seu CNPJ 10.462.524/0003-10, para a contratualização com terceiros, bem como para a contabilização de seus direitos e obrigações decorrentes da execução do Contrato de Gestão nº 01/2022, com o propósito de segregação das movimentações patrimoniais em relação aos demais estabelecimentos que lhe pertencem. <b>Projeto Guri no Interior, Litoral e Fundação CASA:</b> No Projeto Guri no Interior, Litoral e Fundação CASA, a criança começa seus estudos aos 6 anos, na iniciação musical. É por meio de atividades lúdicas e práticas que os alunos dão seus primeiros passos. Depois da iniciação vêm os cursos sequenciais, em que meninas e meninos, a partir dos 10 anos, estudam canto ou instrumento, além de coral, prática de conjunto e teoria musical - tudo isso por meio de aulas coletivas. Voltado para crianças e adolescentes, o programa proporciona a oportunidade de crescimento cultural e inclusão social, por meio de uma educação musical de qualidade apoiada por um trabalho social efetivo. Sempre apostando na plena capacidade de desenvolvimento do ser humano, o Guri oferece não apenas uma rede de apoio para seus alunos e alunas, mas também para seus familiares e comunidades nas quais o programa atua. O Projeto Guri no Interior, Litoral e Fundação Casa passou a ser gerido pela Associação de Cultura, Educação e Assistência Social Santa Marcelina no início de 2022 e, assim, diversos alinhamentos do conteúdo sociopedagógico foram feitos ao longo do ano para que as práticas de educação musical se alinhem com as que a instituição já praticava no Projeto Guri da Capital e Grande São Paulo desde 2008. Além do ensino cotidiano nos diversos polos de ensino, os alunos e alunas que queiram aprofundar seus desafios artísticos podem participar dos Grupos Artísticos, nos quais, com ensaios e performances, se preparam para uma vivência cultural ainda mais ampla. Esses grupos, formados por alunos e alunas de diversas regiões do estado de São Paulo, se apresentam em importantes espaços culturais, como teatros praças públicas, igrejas e museus. <b>1.1. Plano da Administração:</b> A Associação de Cultura, Educação e Assistência Social Santa Marcelina apresentou nas demonstrações financeiras "carve-out" que contemplam os direitos, obrigações e o resultado das operações atinentes a execução do primeiro ano do Contrato de Gestão 01/2022, do Projeto GURI no Interior, Litoral e Fundação CASA, déficit de R\$ 2.778.082 (dois milhões, setecentos e setenta e oito mil, e oitenta e dois reais) no exercício findo em 31 de dezembro de 2022, conforme consta da Demonstração do Resulto do Exercício da entidade. No correspondente Balanço Patrimonial, o passivo circulante da Entidade excedia o ativo circulante em R\$ 3.065.004 (Três milhões, sessenta e cinco mil, e quatro reais) bem como o Patrimônio Líquido (passivo a descoberto) apresentou saldo negativo de R\$ 2.778.082 (dois milhões, setecentos e setenta e oito mil, e oitenta e dois reais). O principal fator que contribuiu para a geração dos déficits, foi a apropriação do valor sucedido de Provisão Férias e Encargos dos colaboradores sub-rogados do contrato de gestão anterior, gerido pela OS Sustenidos, antiga gestora do Projeto GURI no Interior, Litoral e Fundação CASA. No tocante as circunstâncias acima, a Santa Marcelina Cultura (SMC) fez o registro, quanto a necessidade de um acréscimo financeiro suficiente para suportar tais obrigações, conforme o texto extraído do Contrato de Gestão 01/2022, premissas orçamentárias, na página nº 173: <i>"Nas demonstrações contábeis de 2019/2020 disponibilizadas em seu site, a Organização Social Sustenidos, gestora do Projeto Guri no Interior, Litoral e Fundação CASA até 31/12/2021, apresentava no fechamento de 2020 um Passivo de Férias a Pagar no valor de R\$ 8.406.319,00 (oito milhões, quatrocentos e seis mil, trezentos e dezenove reais), conforme informado na Nota Explicativa nº 7. Em análises realizadas pela SMC, constatou-se que a referida entidade tem apresentado recorrentes déficits nos últimos anos e em razão disso demonstra estar prorrogando os pagamentos das férias e, conseqüentemente, aumentando de forma gradativa o saldo a pagar desta conta. É possível que este valor se apresente maior por ocasião do fechamento do exercício de 2021. Em razão da limitação de informações que temos, não é possível avaliar se a liquidação do referido valor está prevista no Plano Orçamentário de 2021, constante no Sétimo Termo de Aditamento ao Contrato de Gestão 06/2016, firmado em 02/08/2021. Caso a liquidação deste valor não esteja prevista no último ano do Contrato de Gestão 06/2016, a Santa Marcelina Cultura precisará de um acréscimo financeiro suficiente para que consiga satisfazer tais obrigações."</i> A Entidade também apresentou por meio de ofício com o diagnóstico dos 90 dias da gestão da Santa Marcelina Cultura do Contrato de Gestão 01/2022 - Projeto GURI no Interior, Litoral e Fundação CASA, o valor apurado suficiente a satisfazer as Provisões de Férias e Encargos dos colaboradores sub-rogados. Portanto, há expectativa da direção quanto ao recebimento dos valores complementares necessários ao Contrato de Gestão 01/2022, que serão novamente submetidos à discussão com a Secretaria de Cultura e Economia Criativa do Estado de São Paulo, amparados pelas demonstrações contábeis do exercício de 2022, e que trará a possibilidade de melhores resultados e equilíbrio econômico-financeiro nos exercícios subsequentes. <b>1.2. Impacto do COVID-19 nas operações:</b> Em 2022, os efeitos da pandemia do novo coronavírus foram bem menores dos que os percebidos nos anos de 2020 e 2021. Embora diversos setores no país, incluindo o da cultura e economia criativa, ainda precisaram conviver com a paralisação de algumas de suas atividades neste ano de 2022, os efeitos econômicos na operação dessas empresas e instituições foram bem reduzidos se comparados aos dois anos anteriores. No que tange aos Contratos de Gestão firmados junto à Secretaria de Cultura e Economia Criativa do Governo do Estado de São Paulo, faz-se necessário esclarecer que as atividades foram realizadas de acordo com o planejamento que previu na estimativa das metas contratuais de gestão do Projeto Guri no Interior, Litoral e Fundação CASA, o provável impacto da pandemia durante o ano de 2022. Houve atrasos e remarcações de algumas atividades no primeiro semestre em razão do recrudescimento da situação pandêmica, contudo conseguimos nos reorganizar para que tudo fosse efetivamente atendido até o final de 2022. Não detectamos nenhum impacto de <i>impairment</i> no exercício por conta deste evento. <b>2. Apresentação das demonstrações financeiras "carve-out" e principais práticas contábeis adotadas: a. Declaração de conformidade:</b> As demonstrações financeiras "carve-out" da Entidade foram preparadas e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil. <b>As demonstrações financeiras "carve-out"</b> que estão sendo apresentadas, contemplam apenas os direitos, obrigações e o resultado das operações atinentes ao contrato de gestão do "Projeto Guri no Interior, Litoral e Fundação Casa" |      |                            | <b>Total do passivo e do patrimônio líquido</b> |      | <b>9.637.317</b>  |  | <b>(2.778.082)</b> |
| <b>Total do passivo e do patrimônio líquido</b>  |      |                            |   |      |                   |  |                    |
| ("Projeto Guri ILFC" ou "Entidade") gerido pela Associação de Cultura, Educação e Assistência Social Santa Marcelina, aqui nestas demonstrações financeiras "carve-out" denominada simplesmente "Mantenedora", os quais são controlados e operados por meio de centros de custos pela controladora da Associação. Dessa forma, não representando, a situação financeira e patrimonial da Associação como um todo (operações e resultados das demais filiais ou da sede-matríz), decorrentes da operacionalização da gestão e execução das atividades e dos serviços de cultura nos projetos por meio de contratos de gestão ou contratos de colaboração de outras filiais que não o Projeto Guri no Interior, Litoral e Fundação Casa. No modelo de contrato de gestão, ao aproximar-se do término do contrato vigente, o ente público abre convocação pública nos termos da lei complementar 846/1998 para uma nova contratação, podendo a Organização Social gestora atual também participar do certame. Caso a Organização Social gestora atual não seja a vencedora ou decline de participar da convocação pública, os bens, direitos e deveres atinentes ao Contrato de Gestão serão sub-rogados pela Organização Social vencedora. Caso a Organização Social atual manifeste interesse em descontinuar o contrato mediante notificação prévia, os referidos bens, direitos e deveres poderão ser devolvidos ao ente público ou serão sucedidos por uma nova entidade privada contratada pelo ente público para assumir sua gestão. Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras "carve-out", e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela administração na sua gestão. A emissão das demonstrações financeiras "carve-out" do exercício findo em 31 de dezembro de 2022, foi aprovada pelo Conselho de Administração da Associação em 09 de Março de 2023. <b>b. Moeda funcional e moeda de apresentação:</b> Essas demonstrações financeiras "carve-out" são apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Entidade. Todas os saldos foram arredondados desconsiderando os centavos, exceto quando indicado de outra forma. <b>c. Uso de estimativas e julgamentos:</b> Na preparação destas demonstrações financeiras "carve-out", a Administração utilizou julgamentos e estimativas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Entidade e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente. <b>(i) Incertezas sobre premissas e estimativas:</b> As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas em 31 de dezembro de 2022 que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no próximo ano fiscal estão incluídas nas seguintes notas explicativas: Determinação da vida útil do ativo imobilizado (Nota Explicativa nº 3.c (iii) e; Determinação da mensuração de provisões para demandas judiciais (Nota Explicativa nº 14). O resultado das transações e informações quando da efetiva realização podem divergir dessas estimativas. <b>(ii) Mensuração do valor justo:</b> Uma série de políticas e divulgações contábeis da Entidade requer a mensuração de valor justo, para os ativos e passivos financeiros e não financeiros. Questões significativas de avaliação são reportadas para a Administração da Entidade. Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Entidade usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (inputs) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma: <b>Nível 1:</b> Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos. <b>Nível 2:</b> Inputs, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços). <b>Nível 3:</b> Inputs, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis). A Entidade reconhece as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final do período das demonstrações financeiras "carve-out" em que ocorreram as mudanças. Informações adicionais sobre as premissas utilizadas na mensuração dos valores justos estão incluídas nas seguintes notas explicativas: <b>Nota explicativa nº 23</b> - Instrumentos financeiros. <b>d. Base de preparação das demonstrações financeiras:</b> As demonstrações financeiras "carve-out" foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos instrumentos financeiros não derivativos mensurados e atualizados pelo valor justo por meio do resultado. <b>3. Principais práticas contábeis:</b> As demonstrações financeiras "carve-out" foram preparadas de acordo com as práticas contábeis descritas a seguir. <b>a. Caixa e equivalentes de caixa:</b> Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação, os quais são sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor, e são utilizadas na liquidação das obrigações de curto prazo. Limites de cheques especiais de bancos que tenham de ser pagos à vista e que façam parte integrante da gestão de caixa são incluídos como um componente das disponibilidades para fins da demonstração dos fluxos de caixa. A Entidade possui recursos com restrição de uso vinculados a projetos. Recursos vinculados a projetos ou com restrição representam os saldos de bancos conta movimento e aplicações financeiras que possuem utilização restrita e somente poderão ser utilizados em projetos para fazer frente as obrigações do contrato de gestão. <b>b. Estoques:</b> Os estoques estão relacionados, principalmente a suprimentos revisais e materiais de escritório. O custo dos estoques, baseado no princípio do custo médio, é avaliado com base no custo histórico de aquisição e acrescido de gastos relativos a transportes, armazenagem e impostos não recuperáveis. Os valores de estoques contabilizados não excedem os valores de mercado. <b>c. Imobilizado: (i) Reconhecimento e mensuração:</b> Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzidos de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável, quando necessárias. O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria Entidade inclui o custo de materiais e mão de obra direta e quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e em condições necessárias para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela Administração. Um item de imobilizado é baixado quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado. <b>(ii) Custos subsequentes:</b> Custos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos pela Entidade. Os custos de manutenção no dia a dia do imobilizado são reconhecidos no resultado conforme incorridos. <b>(iii) Depreciação:</b> A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado, líquido de seus valores residuais estimados, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens. A depreciação é reconhecida no resultado. Terrenos não são depreciados. As vidas úteis estimadas do ativo imobilizado para o exercício corrente são as seguintes:  |      |                            |   |      |                   |  |                    |
|  |      |                            | <b>Anos</b>                                     |      |                   |  |                    |
|  |      | Instalações                | 10  |      |                   |  |                    |
|  |      | Equipamentos               | 10  |      |                   |  |                    |
|  |      | Instrumentos musicais      | 10  |      |                   |  |                    |
|  |      | Computadores e periféricos | 5   |      |                   |  |                    |
| Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais serão revisados a cada encerramento de exercício e ajustados caso seja apropriado como mudança de estimativas contábeis. <b>d. Redução ao valor recuperável (impairment): (i) Ativos financeiros não derivativos:</b> Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável. <b>(ii) Ativos não financeiros:</b> Os valores   |      |                            |   |      |                   |  |                    |

Continua...



*Continuação...* compreendem pagamentos fixos, incluindo pagamentos fixos na essência. O passivo de arrendamento é mensurado pelo custo amortizado, utilizando o método dos juros efetivos. É remensurado quando há uma alteração nos pagamentos futuros de arrendamento resultante de alteração em índice ou taxa, se houver alteração nos valores que se espera que sejam pagos de acordo com a garantia de valor residual, se a Entidade alterar sua avaliação se exercerá uma opção de compra, extensão ou rescisão ou se há um pagamento de arrendamento revisado fixo em essência. Quando o passivo de arrendamento é remensurado dessa maneira, é efetuado um ajuste correspondente ao valor contábil do ativo de direito de uso ou é registrado no resultado se o valor contábil do ativo de direito de uso tiver sido reduzido a zero. **Arrendamentos de ativos de baixo valor:** A Entidade optou por não reconhecer ativos de direito de uso e passivos de arrendamento para arrendamentos de ativos de baixo valor e arrendamentos de curto prazo, incluindo equipamentos de TI. A Entidade reconhece os pagamentos de arrendamento associados a esses arrendamentos como uma despesa de forma linear pelo prazo do arrendamento. **f. Outros ativos e passivos circulantes e não circulantes:** Os demais ativos circulantes estão apresentados aos valores de custo, que não excedem o valor de realização, incluindo quando aplicável, os rendimentos auferidos até a data do balanço. Os passivos circulantes e não circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável dos correspondentes encargos, variações monetárias incorridas até a data do balanço patrimonial. **g. Obrigações trabalhistas:** Contemplam as provisões trabalhistas decorrentes de férias e encargos, constituídas com base na remuneração de cada funcionário e no período aquisitivo incorrido até a data do balanço. **h. Provisões, passivos contingentes:** Uma provisão é reconhecida quando, como resultado de um evento passado, a Entidade tenha uma obrigação presente e legal que pode ser estimada de modo confiável, com provável saída de benefícios econômicos para sua quitação. Passivos contingentes são divulgados se existir uma possível obrigação futura resultante de eventos passados ou se existir uma obrigação presente resultante de um evento passado. As provisões são constituídas, revisadas e ajustadas, sempre que a perda for avaliada como provável e considerando a avaliação da administração, em conjunto com a opinião dos assessores jurídicos, levando em consideração a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores e a prescrição ou decadência quando aplicável, as decisões mais recentes e jurisprudências dos tribunais. **i. Ajuste a valor presente de ativos e passivos:** A Entidade não pratica transações significativas de compras a prazo com valores pré-fixados. Assim, os saldos dos direitos e das obrigações estão mensurados nas datas de encerramento dos exercícios por valores próximos aos respectivos valores presentes. **j. Subvenções governamentais - Projetos e fundos a executar:** O reconhecimento das receitas e despesas é efetuado em conformidade com o regime contábil de competência de exercício. Os valores recebidos e empregados dos Contratos de Gestão originados de contratos com a Secretaria da Cultura e Economia Criativa do Estado de São Paulo, são registrados da seguinte forma, em conformidade com o CPC 07 (R1)/(NBC TG 07 (R2)): **Recebimento dos recursos:** Quando ocorre o recebimento de recursos, é reconhecido um ativo (recursos vinculados a projetos) em contrapartida a projetos a executar, fundo de reserva ou fundo de contingência no passivo circulante. **Consumo do passivo de projetos a executar:** São registrados os consumos por meio de conta redutora do passivo, quando da realização de uma receita em bases sistemáticas com a despesa que pretende compensar. **Aquisição de bens:** Quando ocorre a aquisição de bens dos contratos de gestão são reconhecidos os ativos imobilizados e intangíveis, em contrapartida a uma receita diferida no passivo não circulante. **Rendimentos de aplicações financeiras:** Quando ocorre o rendimento de aplicações financeiras são reconhecidos os acréscimos de ativos em contrapartida a projetos a executar no passivo circulante. Em consequência à prática contábil adotada pela Entidade, os efeitos no resultado do exercício relacionados ao contrato de gestão são nulos, pois todas as despesas incorridas com o projeto são vinculadas a recursos recebidos com utilização específica nesse projeto. **k. Fundos de reserva e de contingência:** Os Fundos são reconhecidos no ativo (recursos vinculados a projetos) em contrapartida a Fundo de Reserva ou Fundo de Contingência no passivo circulante. **(i) Fundo de reserva:** Tem a finalidade de constituir uma reserva de recursos sob a tutela do Conselho de Administração da SMC, que poderá ser utilizada: • Na hipótese de atraso superior a 5 (cinco) dias no repasse de recursos por parte da Secretaria, condicionada à prévia aprovação pelo citado conselho, sendo que os respectivos valores deverão ser restituídos à reserva em até 3 (três) dias úteis após a efetivação do repasse pela Secretaria; ou, • Após o repasse da última parcela do Contrato de Gestão, o saldo da conta de recursos de reserva deverá ser provisionado para as eventuais despesas de desmobilização relativas ao contrato, ou ainda, caso a hipótese de desmobilização não ocorra ou, se mesmo após sua ocorrência ainda houver recurso remanescente, ser transferido para a conta corrente do novo Contrato de Gestão em seu primeiro dia útil de vigência, abatendo-se o valor correspondente do total previsto para repasse do primeiro ano. **(ii) Fundo de contingência:** Tem a finalidade de suportar eventuais contingências conexas à execução do programa de trabalho, o valor é composto através de percentual estipulado sobre o valor global repassado pela Secretaria, observados os preceitos do artigo 5º, inciso VI, alínea "g" do Decreto Estadual 43.493/1998, com as alterações do Decreto Estadual 62.528/2017. Na composição e utilização desses recursos, deverá ser observado que: **(1)** A Organização Social poderá contribuir com recursos próprios para a conta de recursos de contingência. **(2)** Os recursos financeiros depositados na conta bancária a que se refere somente poderão ser utilizados, em conformidade com o estabelecido no CONTRATO DE GESTÃO, e com deliberação de 3/4 (três quartos) dos membros do Conselho de Administração da CONTRATADA e do Secretário da Cultura e Economia Criativa, a quem é facultado delegar o exercício dessa competência, cabendo-lhes zelar por seu uso, em conformidade com o praticado por entidades congêneres. **(3)** Casos as contingências previstas refiram-se a ordens ou condenações judiciais em processos cíveis, trabalhistas e tributários ou sejam decorrentes de acordos judiciais em ações promovidas em face da CONTRATADA, na esfera federal, estadual ou municipal, de competência da justiça comum ou especializada, que tenham de ser cumpridos em prazo inferior a 15 (quinze) dias, fica desde já autorizada pelo Secretário da Cultura a utilização de recursos da conta bancária destinada a contingências, devendo a mesma ser aprovada pelo Conselho de Administração da CONTRATADA, sem prejuízo de outras eventuais utilizações na forma do subitem anterior. **(4)** No caso excepcional do subitem anterior, ficará a CONTRATADA obrigada a encaminhar à CONTRATANTE a documentação pertinente, com os devidos esclarecimentos referentes à movimentação efetuada, no relatório trimestral seguinte. **(5)** Ao final do CONTRATO DE GESTÃO, eventual saldo financeiro remanescente na conta de recursos de contingência será rateado entre o Estado e a Organização Social, observada a mesma proporção em que ela foi constituída. **(6)** Os saldos da conta, enquanto não utilizados, serão obrigatoriamente aplicados em cadernetas de poupança de instituição financeira oficial se a previsão de seu uso for igual ou superior a um mês, ou em fundo de aplicação financeira de curto prazo ou operação de mercado aberto lastreada em títulos da dívida pública, quando a utilização dos mesmos verificar-se em prazos menores que um mês. **(7)** As receitas financeiras auferidas serão obrigatoriamente computadas a crédito do CONTRATO DE GESTÃO e aplicadas, exclusivamente, no objeto de sua finalidade, devendo constar de demonstrativo específico que integrará as prestações de contas do ajuste. **I. Recursos aplicados em ativos imobilizados (receita diferida):** Os valores reconhecidos como receita diferida representam os ativos imobilizados e intangíveis recebidos em doação, mensurados ao valor justo, e ativos adquiridos de terceiros, que são reconhecidos como uma receita diferida no passivo não circulante e são realizadas ao resultado do exercício segundo o regime de competência em base sistemática em confronto com a depreciação do bem imobilizado ao longo de sua vida útil estimada, em atendimento ao CPC 07 (R1)/(NBC TG 07 (R2)). **m. Patrimônio líquido:** Representa o patrimônio inicial da Entidade, acrescido ou reduzido dos superávits (déficits) apurados desde a data de sua constituição. Em consonância com o artigo 14 do Código Tributário Nacional, a Entidade não distribui qualquer parcela de seu patrimônio ou de suas rendas, a qualquer título e aplica integralmente, no País, os seus recursos na manutenção dos seus objetivos institucionais. Prevê seu Estatuto Social que, em caso de dissolução ou extinção, o patrimônio social remanescente será destinado para uma entidade beneficente, congênera ou afim, sem fins econômicos e lucrativos, registrada no Conselho Nacional de Assistência Social - C.N.A.S., se a lei exigir e, de preferência constituída pelas Religiosas Profetas, Irmãs de Santa Marcelina" conforme for fixado pela Assembleia Geral. A Organização Social aplica seus recursos exclusivamente nos objetivos do contrato de gestão. Os recursos financeiros destinados à Organização Social são providos em sua maior parte, pela Secretaria de Cultura e Economia Criativa do Estado de São Paulo, neste sentido, a entidade depende do recebimento regular desses recursos, bem como das políticas e diretrizes traçadas por este órgão governamental para a manu-

tenção de suas atividades e de seu equilíbrio econômico-financeiro. **n. Reconhecimento de receita:** A Entidade reconhece a receita por competência quando: (i) o valor da receita pode ser mensurado com segurança; (ii) é provável que benefícios econômicos futuros fluam para a Entidade; e (iii) critérios específicos tenham sido atendidos para cada uma das atividades da Entidade. **o. Apuração do resultado do exercício:** As receitas, os custos e as despesas das operações são reconhecidos em conformidade com o regime contábil de competência. **p. Receitas com trabalhos voluntários:** Conforme estabelecido na Interpretação ITG 2002 (R1) - Entidade sem Finalidade de Lucro, a Entidade valoriza as receitas com trabalhos voluntários, inclusive de membros integrantes de órgãos da administração sendo mensuradas ao seu valor justo levando-se em consideração os montantes que a Entidade haveria de pagar caso contratasse estes serviços em mercado similar. Em 2022, a partir de uma revisão de critérios acerca dos trabalhos não remunerados prestados pela Diretoria Estatutária e o Conselho de Administração das Organizações Sociais e, após a estimada valoração das horas dedicadas por cada membro dos citados órgãos, foi realizado um rateio entre os 3 projetos geridos por meio de contrato de gestão e a matriz/mantenedora, sendo que esta última não foi incluída no rateio do Conselho de administração, tendo em vista suas atividades decorrerem do previsto na Lei 846/1998 e visam atender somente os projetos oriundos dos Contratos de Gestão. As receitas com trabalhos voluntários são reconhecidas no resultado do exercício como receita no grupo de receitas operacionais em contrapartida a despesas operacionais também no resultado do exercício. Em 31 de dezembro de 2022 foi reconhecido o valor de R\$ 85.741 referente a trabalhos voluntários nas demonstrações financeiras "carve-out". **q. Instrumentos financeiros: Reconhecimento e mensuração inicial:** A Entidade reconhece os recebíveis inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Entidade se tornar parte das disposições contratuais do instrumento. Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao Valor Justo por meio do Resultado (VJR), os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação. **(i) Classificação e mensuração subsequente:** No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ao VJORA - instrumento de dívida; ao VJORA - instrumento patrimonial; ou ao VJR. Nos exercícios de 2022 a Entidade não possuía nenhum instrumentos financeiros classificados como VJORA - instrumento de dívida ou VJORA - instrumento patrimonial. Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Entidade mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios. Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR: É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto. Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. **Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado (VJR):** Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado. **Custo amortizado:** Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por impairment. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais (quando houver) e o impairment são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado. Os recebíveis abrangem o caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores imobiliários, contas a receber e outras créditos. **Passivos financeiros - Classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas:** Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado. **(ii) Desreconhecimento:** A Entidade desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Entidade transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Entidade nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro. A Entidade desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Entidade também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo. No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado. **(iii) Compensação:** Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Entidade tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. **(iv) Instrumentos financeiros derivativos:** A Entidade não efetuou operações com instrumentos financeiros derivativos no exercício findo em 31 de dezembro de 2022, incluindo operações de hedge. **r. Receitas e despesas financeiras:** As receitas financeiras abrangem basicamente as receitas de juros sobre ativos financeiros para negociação (aplicações financeiras). A receita de juros é reconhecida no resultado através do método dos juros efetivos. As despesas financeiras abrangem basicamente as despesas bancárias. **s. Gerenciamento do risco financeiro:** A política da Administração é manter uma sólida base de recursos para manter o desenvolvimento futuro da Entidade. A Administração monitora o retorno sobre o capital aplicado considerando os resultados das atividades econômicas. As políticas adotadas pela Administração para gerenciamento do risco de crédito, risco de liquidez, risco de mercado e risco de taxa de juros estão apresentados na nota explicativa nº 22. **t. Novas normas e interpretações ainda não efetivas:** Uma série de novas normas efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2022. A Entidade não adotou essas normas na preparação destas demonstrações financeiras "carve-out" uma vez que não deverão ter um impacto significativo ou não terão nenhum impacto nas demonstrações financeiras "carve out" da Entidade. **A. Classificação dos passivos como circulante ou não circulante (alterações ao CPC 26 (NBC TG 26 (R5)):** As alterações, emitidas em 2020, visam esclarecer os requisitos para determinar se um passivo é circulante ou não circulante e se aplicam aos exercícios anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2023. No entanto, o IASB propôs posteriormente novas alterações ao IAS 1 e o adiamento da data de vigência das alterações de 2020 para períodos anuais que se iniciam em ou após 1º de janeiro de 2024. Devido esta norma estar sujeita à desenvolvimentos futuros, a Entidade não pode determinar o impacto dessas alterações nas demonstrações financeiras "carve-out" no período de aplicação inicial. A Entidade irá monitorar de perto os desenvolvimentos futuros. **B. Imposto diferido relacionado a ativos e passivos de correntes de uma única transação (alterações ao CPC 32 (NBC TG 32)).** **C. Outras Normas:** A Entidade fez a avaliação e não se espera que as seguintes normas novas e alteradas tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras "carve out" da Entidade: • CPC 50 (NBC TG 50) - Contratos de Seguros. • Divulgação de Políticas Contábeis (Alterações ao CPC 26 (NBC TG 26 (R5)). • Definição de Estimativas Contábeis (Alterações ao CPC 23 (NBC TG 23 (R2))).

**4. Caixa e equivalentes de caixa:**  
Caixa e equivalentes de caixa 3.974.611  
Recursos restritos vinculados a fundos (nota explicativa nº 12) 2.613.801  
**Total de recursos em aplicações financeiras** **6.588.412**  
As aplicações financeiras são recursos vinculados a projetos referem-se a recursos recebidos pela Entidade que serão utilizados exclusivamente no contrato de gestão. Essas aplicações são substancialmente a certificados de depósitos bancários e fundos de renda fixa. As remunerações das aplicações financeiras rendem juros que variam de 54,88% a 93,04% do CDI. Os recursos restritos vinculados a fundos referem-se aos recursos aplicados financeiramente pela Entidade e que somente poderão ser utilizados nas previsões específicas de cada um dos fundos (reserva e contingências) que a Entidade constituiu (vide notas explicativas nº 3k e nº 12).

**5. Adiantamento diversos:**  
Adiantamento de férias (a) 2.077.327  
Imposto de renda férias 116.934  
**Outros adiantamentos** **6.660**  
**2.200.921**

(a) A Entidade utiliza para o processamento de folha, sistema informatizado que realiza o cálculo de descontos das provisões de férias, adiantamentos e dos respectivos encargos sociais incidentes pelo método *pró-rata*, ou seja, o desconto ocorre mensalmente conforme o gozo das férias do colaborador. Desta maneira, caso o colaborador venha a gozar suas férias parte em um mês e o restante no mês subsequente, o sistema manterá um saldo a ser descontado do colaborado para 2º mês de gozo das férias, desse modo o valor da provisão de férias, adiantamentos de férias e respectivos encargos incidentes apresenta saldos maiores no ativo (adiantamentos de férias) e passivo (provisão de férias e respectivos encargos) no encerramento do exercício.

|                            | Taxas anuais de depreciação |               | Depreciação acumulada |  | 2022 |               |
|----------------------------|-----------------------------|---------------|-----------------------|--|------|---------------|
|                            |                             | Custos        |                       |  |      |               |
| Instalações                | 10%                         | 6.920         | (404)                 |  |      | 6.516         |
| Equipamentos               | 10%                         | 3.629         | (83)                  |  |      | 3.546         |
| Instrumentos musicais      | 10%                         | 19.770        | (1.258)               |  |      | 18.512        |
| Computadores e periféricos | 20%                         | 39.648        | (1.449)               |  |      | 38.199        |
| <b>Total</b>               |                             | <b>69.967</b> | <b>(3.194)</b>        |  |      | <b>66.773</b> |

As movimentações do custo e da depreciação do imobilizado nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 está demonstrada no quadro abaixo:

|                            | Saldo em   |                | Saldo em   |                |
|----------------------------|------------|----------------|------------|----------------|
|                            | 01/01/2022 | Adições        | 31/12/2022 | 31/12/2022     |
| <b>Custo</b>               |            |                |            |                |
| Instalações                | -          | 6.920          | -          | 6.920          |
| Equipamentos               | -          | 3.629          | -          | 3.629          |
| Instrumentos musicais      | -          | 19.770         | -          | 19.770         |
| Computadores e periféricos | -          | 39.648         | -          | 39.648         |
| <b>Total custo</b>         | -          | <b>69.967</b>  | -          | <b>69.967</b>  |
| <b>Depreciação</b>         |            |                |            |                |
| Instalações                | -          | (404)          | -          | (404)          |
| Equipamentos               | -          | (83)           | -          | (83)           |
| Instrumentos musicais      | -          | (1.258)        | -          | (1.258)        |
| Computadores e periféricos | -          | (1.449)        | -          | (1.449)        |
| <b>Total depreciação</b>   | -          | <b>(3.194)</b> | -          | <b>(3.194)</b> |
| <b>Saldo líquido</b>       | -          | <b>66.773</b>  | -          | <b>66.773</b>  |

Conforme a Cláusula Segunda, Item 13, do novo Contrato de Gestão nº 01/2022, é atribuída, responsabilidade e obrigação da Contratada: "Administrar os bens móveis e imóveis cujo uso lhe fora permitido, em conformidade com o disposto nos respectivos Termos de Permissão de Uso, até sua restituição ao Poder Público, mantendo em perfeitas condições de uso os imóveis, bens, equipamentos e instrumentais necessários para a realização das atividades contratualizadas, cujos inventários atualizados constarão dos devidos Termos de Permissão." **7. Operações de arrendamento - direito de uso e passivo de arrendamento:** A Associação possui contrato de aluguel (arrendamento mercantil) para aluguel convencional, com prazo médio de 3 anos e opção de renovação. Este contrato é abrangido pelo pronunciamento técnico do CPC 06(R2)/NBC TG 06(R3) Operações de Arrendamento Mercantil. Os arrendamentos especificados na norma foram registrados como Ativo: Direito de uso ao valor presente, gerando inicialmente um aumento do Ativo e Passivo, bem como uma despesa mensal de amortização deste bem, juntamente com a despesa de juros. A taxa incremental foi aplicada ao contrato de acordo com o risco da vigência totalizando 17,78% a.a. **Ativo de direito de uso:** A movimentação do direito de uso está demonstrada a seguir:

|                                     | Registro inicial |                  | Saldo final   |                |
|-------------------------------------|------------------|------------------|---------------|----------------|
|                                     | em 01/01/2022    | Adições          | em 31/12/2022 | em 31/12/2022  |
| Contratos de Aluguéis - Imóveis     | 720.860          | 52.340           |               | 773.200        |
| <b>Custo direito de uso</b>         | <b>720.860</b>   | <b>52.340</b>    |               | <b>773.200</b> |
| Depreciação direito de uso          | -                | (264.088)        |               | (264.088)      |
| <b>Total direito de uso - ativo</b> | <b>720.860</b>   | <b>(211.748)</b> |               | <b>509.112</b> |

**Passivo de arrendamento:** Em 31 de dezembro de 2022, os passivos de arrendamento mercantil são como segue:  
**Passivo - arrendamento a pagar**  
**Saldo inicial em 31/12/2021** -  
Registro inicial em 01/01/2022 e adições **773.200**  
Atualização monetária -  
Pagamentos (principal) (238.914)  
**Pagamentos (juros e atualizações)** **(9.313)**  
**Juros incorridos** **9.313**  
**Saldo final em 31/12/2022** **534.286**  
**Circulante** **312.097**  
**Não circulante** **222.189**  
**Cronograma de vencimento do passivo de arrendamento:** Em 31 de dezembro de 2022, a Associação possui o seguinte cronograma de pagamentos mínimos de arrendamentos operacionais não canceláveis:  
Até 1 ano 312.097  
Entre 1 e 5 anos 222.189  
**Total arrendamentos** **534.286**  
**Impacto no resultado do exercício:** **31/12/2022**  
**Despesa de depreciação - direito de uso** **264.088**  
Apropriação de juros 9.313  
**Saldo final em 31/12/2022** **273.401**  
**Ajustes do resultado** **31/12/2022**  
Depreciação de direito de uso 264.088  
**Apropriação de juros** **9.313**  
**Fluxo de caixa das atividades de financiamento**  
**Pagamento de arrendamentos (principal)** **(238.914)**  
**Pagamento de juros dos arrendamentos** **(9.313)**  
**8. Fornecedores:** **31/12/2022**  
**Fornecedores nacionais** **444.329**  
Referem-se às obrigações correntes com fornecedores principalmente com fornecedores de serviço, mercadoria e contas de consumo. Os fornecedores por vencimento apresentam-se da seguinte maneira:  
**31/12/2022**  
A vencer até 30 dias 423.115  
Acima de 30 dias 21.214  
**444.329**  
**9. Obrigações sociais e trabalhistas:** **31/12/2022**  
INSS sobre folha de pagamento 1.565.876  
INSS sobre serviços terceiros 3.321  
**1.569.197**  
**10. Provisão de férias e encargos:** **31/12/2022**  
Provisão de férias e encargos (a) 5.214.562  
Encargos sobre Férias (a) 1.857.902  
**7.072.464**

(a) Vide nota explicativa nº 5  
**11. Projetos a executar:** Projeto a executar referem-se os recursos já recebidos pela Entidade, porém ainda não utilizados que serão reconhecidos no resultado em bases sistemáticas em confronto com as respectivas despesas de acordo com o regime de competência. A seguir apresentamos os contratos em andamento no exercício e sua movimentação demonstrando o total de recursos recebidos pela Entidade e os rendimentos financeiros desses recursos bem como os montantes utilizados na execução dos projetos (consumo) e valores despendidos com a aquisição de bens integrantes do ativo imobilizado.

|   |                | Apropriação de    |                            | Valores                 |                |                     |                               |                       |                |          |
|---|----------------|-------------------|----------------------------|-------------------------|----------------|---------------------|-------------------------------|-----------------------|----------------|----------|
|   | Saldo anterior | Valores recebidos | valores a receber - Matriz | Rendimentos financeiros | subrogados (b) | Consumo (*)         | Transferência para fundos (c) | Aquisição Imobilizado | Valor residual |          |
| Descrição - 2022                            |                |                   |                            |                         |                |                     |                               |                       |                |          |
| Contrato de Gestão - Projeto Guri (01/2022) | -              | 75.576.655        | -                          | 1.371.900               | 804.364        | (75.183.952)        | (2.499.000)                   | (69.967)              | -              | -        |
| <b>Outros Recursos (01/2022)</b>            | <b>-</b>       | <b>284.318</b>    | <b>-</b>                   | <b>-</b>                | <b>-</b>       | <b>(284.318)</b>    | <b>-</b>                      | <b>-</b>              | <b>-</b>       | <b>-</b> |
| <b>Recursos CMDCA (a)</b>                   | <b>-</b>       | <b>105.745</b>    | <b>100.000</b>             | <b>-</b>                | <b>-</b>       | <b>(105.745)</b>    | <b>-</b>                      | <b>-</b>              | <b>100.000</b> | <b>-</b> |
| <b>Total</b>                                | <b>-</b>       | <b>76.066.718</b> | <b>100.000</b>             | <b>1.371.900</b>        | <b>804.364</b> | <b>(75.574.015)</b> | <b>(2.499.000)</b>            | <b>(69.967)</b>       | <b>100.000</b> | <b>0</b> |

(\*) Vide nota explicativa nº 17

*Continua...*



**Continuação...** (a) Refere-se a valores recebidos por meio de termos de fomento para custeio de gastos da Entidade, a saber: (i) Termo de fomento firmado com a prefeitura de Elias Fausto para custeio de folha de pagamento e aquisições de ativo imobilizado; (ii) Termo de fomento firmado com a Prefeitura de Valparaíso para aquisição de equipamentos - ativo imobilizado. Tais valores são recebidos financeiramente pela Matriz (Santa Marcelina Cultura) e são repassados à Entidade conforme determinado no termo firmado entre as partes. Em 31 de dezembro de 2022, o montante de R\$ 100.000 foi recebido na Matriz porém foi repassado de forma subsequente, gerando nesta data base, um saldo a receber no Projeto Guri no Interior, Litoral e Fundação Casa, o qual foi incorporado ao saldo a executar com as finalidades previstas em cada termo para o exercício de 2023. (b) Valores sucedidos da Sustenidos Organização Social de Cultura, entidade esta que fazia a gestão do Projeto Guri no Interior, Litoral e Fundação Casa até 31/12/2021. Tais valores são relativos a estoques de suprimentos musicais, materiais didáticos, limpeza e manutenção, no montante de R\$ 804.364, que estão sendo consumidos pela atual gestão (Contrato de Gestão nº 01/2022). (c) Transferências realizadas para o Fundo de Reserva e Fundo de Contingência conforme determina o Contrato de Gestão nº 01/2022: • Fundo de Reserva composto por 3% do total de recursos financeiros repassados pelo Estado, incidente sobre as parcelas dos 2 (dois) primeiros anos do Contrato de Gestão, com a finalidade de constituir uma reserva de recursos sob a tutela do Conselho de Administração. • Fundo de Contingência composto através de percentual de 0,4% sobre o valor global repassado pela Secretaria e tem a finalidade de suportar eventuais contingências conexas à execução do programa de trabalho, observados os preceitos do artigo 5º, inciso VI, alínea "g" do Decreto Estadual 43.493/1998, com as alterações do Decreto Estadual 62.528/2017. Por força do Contrato de Gestão, a Entidade está obrigada a cumprir determinadas metas, as quais são quadrimestralmente avaliadas pela Unidade de Informação da Secretaria de Cultura e Economia Criativa. No caso de não cumprimento dessas metas, a Associação poderá sofrer penalidades que podem incorrer em redução dos repasses contratados. Os relatórios quadrimestrais relativos ao primeiro, segundo e terceiro quadrimestre de 2022 (do Contrato de Gestão 01/2022 - Projeto Guri no Interior, Litoral e Fundação Casa), foram preparados e encaminhados para a Unidade de Formação Cultural - UFC, para a Unidade de Monitoramento - UM da Secretaria de Cultura e Economia Criativa, sendo o relatório do primeiro quadrimestre entregue em 20 de maio de 2022, o relatório do segundo quadrimestre em 20 de setembro de 2022 e o relatório do terceiro quadrimestre entregue em 20 de janeiro de 2023. A prestação de contas referente ao relatório de atividades anuais será enviada em 15 de março de 2023 e as eventuais complementações ou substituições até o dia 29 de março do mesmo ano corrente. **Detalhamento dos projetos executados - Relatório Anual 2022 - Projeto Guri no Interior, Litoral e Fundação Casa: 1. Eixo - Ensino Musical: 1.1 Dados extras - Número mínimo de alunos(as) matriculados(as) dos Polos, Polos Regionais, Fundação CASA, Guri na Escola e Cursos Livres EaD (consolidado):** Foram matriculados em 2022 60.996 alunos(as) nos Polos, Polos Regionais, Fundação CASA, Guri na Escola e Cursos Livres EaD do Guri. Informamos que o número de alunos(as) matriculados(as) em 2022 superou a previsão estabelecida devido à rematrícula de alunos(as) de anos anteriores, à reativação de matrícula de alunos(as) anteriormente cancelados(as), como também às efetivas ações de comunicação feitas pelo programa para ingresso de novos(as) alunos(as). Salientamos, igualmente, o trabalho realizado pelas equipes de polo no contato com alunos(as) que estavam na lista de espera e puderam ingressar no Guri, tendo sua matrícula efetivada. Outro ponto importante a ser ressaltado é que, neste período pós-pandemia, os(as) alunos(as) e suas famílias têm se sentido mais seguros para o retorno presencial às atividades pedagógico-musicais. Informamos, ainda, que os(as) alunos(as) que solicitaram cancelamento de matrícula foram atendidos pelas equipes de polo e, quando necessário, pela equipe de supervisão social. Depois de terem suas situações reconhecidas e esgotadas as possibilidades de reversão do cancelamento da matrícula é que o procedimento foi realizado. Foram oferecidas 53.961 vagas nos Polos, Polos Regionais, Fundação CASA, Guri na Escola e Cursos Livres EaD do Guri. O número de vagas oferecidas superou a meta anual estabelecida devido à configuração das turmas e cursos nos polos de ensino, a fim de atender a demanda de alunos e alunas. Apesar da superação, informamos que não houve qualquer desequilíbrio econômico-financeiro ao Contrato de Gestão uma vez que o número de horas-aula bem como de docentes está dentro do pactuado no plano de trabalho. Além disso, como as aulas são coletivas, em algumas turmas foi possível atender um número maior de alunos(as) sem que houvesse prejuízo pedagógico ou aumento de carga horária dos(as) docentes. **1.1. Polos e Polos Regionais:** Em 2022 foram 280 Polos e Polos Regionais em funcionamento. Foram ofertadas 50.896 vagas nos cursos dos Polos e Polos Regionais. O número de vagas oferecidas ultrapassou ligeiramente a meta anual estabelecida devido à configuração das turmas e cursos nos polos de ensino. Apesar da pequena superação, não houve qualquer desequilíbrio econômico-financeiro ao Contrato de Gestão uma vez que o número de horas-aula bem como de docentes está dentro do estabelecido no plano de trabalho. Além disso, como as aulas são coletivas, em algumas turmas foi possível atender um número maior de alunos(as) sem que houvesse prejuízo pedagógico ou aumento de carga horária dos(as) docentes. O número de matriculados(as) foi de 55.808 alunos(as). O número de alunos(as) em 2022 superou a meta anual estabelecida devido à rematrícula de alunos(as) de anos anteriores, à reativação de matrícula de alunos(as) anteriormente cancelados(as), como também às efetivas ações de comunicação feitas pelo programa para ingresso de novos(as) alunos(as). Salientamos, igualmente, a importância do trabalho realizado pelas equipes de polo no contato com alunos(as) que estavam na lista de espera e puderam ingressar no Guri. Outro ponto que merece destaque é a retomada presencial de modo seguro, neste período pós-pandemia, que favorece o ingresso e permanência de alunos e alunas. Em 2022 O Guri na Escola atendeu 14 escolas, com 1.060 vagas oferecidas e 777 alunos(as) matriculados(as). O número de escolas atendidas no Guri na Escola superou a meta anual estabelecida pelo fato de esta ser uma inovação do Contrato de Gestão do Guri Interior, Litoral e Fundação CASA. A proposta foi apresentada às Regionais do Guri e também aos parceiros do Projeto, e a demanda foi bem maior do que a inicialmente planejada. Desta maneira, considerando a pertinência da proposta e o interesse das secretarias de educação parceiras, optou-se por abrir um maior número de escolas. Ademais, tendo em vista a realidade local e única de cada unidade de ensino, notou-se que nem todas as escolas poderiam acolher o número de vagas inicialmente planejado (80 vagas por escola). Sendo assim, optou-se por ter um número maior de unidades e garantir, no mínimo, o número de vagas previsto. Apesar de a meta anual ter sido superada, podemos afirmar que não houve qualquer tipo de prejuízo pedagógico ou desequilíbrio econômico-financeiro ao Contrato de Gestão uma vez que o número de horas-aula e de educadores(as) se manteve dentro do planejado e as atividades pedagógicas foram cuidadosamente idealizadas. Conforme explicitado nas justificativas anteriores, o número de alunos(as) matriculados(as) no Guri na Escola em 2022 superou a meta anual pactuada devido ao interesse não só dos(as) discentes, mas, especialmente, das unidades de ensino e seus dirigentes. A proposta tem se mostrado como promissora e poderá ser uma chave para a complementação das atividades nas escolas em processo de integração do ensino. Apesar de a meta anual ter sido superada, podemos afirmar que não houve qualquer tipo de prejuízo pedagógico aos alunos e alunas, uma vez que as atividades pedagógico-musicais foram cuidadosamente executadas pelos(as) educadores(as) do Guri e a composição das turmas respeitou a organização local de cada unidade de ensino. Em 2022 foram realizados: 15 Master classes com 251 alunos participantes. Apesar de o número de masterclasses ter superado a meta anual, informamos que não houve desequilíbrio econômico-financeiro ao Contrato de Gestão, uma vez que algumas destas atividades foram realizadas pelos(as) regentes convidados(as) dos grupos artístico-pedagógicos de bolsistas (Grupos de Referência), fazendo parte do trabalho musical contratado, não havendo, portanto, gastos excedentes. Além do trabalho de ensaio do repertório de cada um dos Grupos de Referência, os maestros e maestrinas convidados(as) ofereceram masterclasses sobre temáticas como: Regência (Alba Bonfim), Sopros (Fabrícia Medeiros), Performance (Adriana Holtz), Linguagem do Choro (Jane do Bandolim), entre outras. Apesar de o número de alunos(as) participantes

das masterclasses ter superado a meta anual pactuada, informamos que não houve qualquer tipo de prejuízo aos(as) mesmos(as), uma vez que os(as) convidados(as) atenderam adequadamente alunos e alunas e os espaços físicos eram igualmente apropriados às masterclasses. A adesão se deve à qualidade e ao formato das atividades oferecidas, que incluíam a participação das regentes convidadas dos Grupos de Referência como Jane do Bandolim, Alba Bonfim, Fabrícia Medeiros, entre outras; 15 Workshops com 808 participantes. Apesar de a meta anual do número de workshops ter sido superada, informamos que não houve desequilíbrio econômico-financeiro ao Contrato de Gestão, já que algumas destas atividades foram realizadas em parceria com músicos contemplados com projetos de ProAC, festivais de música, entre outros. Apesar de o número de participantes dos workshops ter superado a meta anual pactuada para 2022, não houve prejuízo aos alunos e alunas, já que as atividades aconteceram em espaços adequados e foram conduzidas de maneira consistente pelos(as) mediadores(as) convidados(as). Tais atividades foram programadas para atender alunos e alunas dos polos do Guri em suas turmas e/ou grupos musicais, sendo possível atender um número maior de discentes. **1.2 Polos Fundação CASA:** Em 2022 foram 60 Polos Fundação CASA em funcionamento com 1.565 vagas ofertadas. O número de alunos matriculados nos polos Fundação CASA, foi 3.982 alunos. Esse número superou a meta anual pactuada devido à organização das atividades nas unidades da Fundação CASA e à permanência temporária dos(as) adolescentes atendidos(as), fazendo com que a mesma vaga fosse ocupada por mais de um(a) adolescente ao longo do ano. Salientamos, ainda, que o atendimento dos(as) alunos(as) e alunas da Fundação CASA depende da dinâmica de cada uma das unidades de interação, do número de internos(as) nestas unidades, entre outros. Informamos que, apesar de a meta anual ter sido superada, não houve prejuízo pedagógico aos(as) discentes nem tampouco desequilíbrio econômico-financeiro ao Contrato de Gestão, uma vez que o número de horas-aula e de educadores(as) se manteve dentro do planejado e as atividades pedagógicas foram cuidadosamente idealizadas e executadas. **Eixo 2 - Atividades de Difusão Formativa: 2.1 Grupos musicais dos Polos:** Em 2022 foram realizadas 105 ações artísticas virtuais dos grupos musicais dos polos com público de 33.989 pessoas. A meta de ações artísticas virtuais foi integralmente cumprida e superada. Isto se deu pois muitas das atividades foram desenvolvidas a partir do programa de artistas convidadas, que teve como tema "Mulheres na Música", e um conjunto de entrevistas com ex-alunos e alunas do Guri, que falaram sobre o impacto do programa e seus grupos artísticos em suas respectivas vidas. Desta forma, não houve prejuízo às atividades ou desequilíbrio econômico-financeiro no contrato de gestão. A meta de público das ações artísticas virtuais foi consideravelmente superada por conta da ampla divulgação das atividades nas mídias sociais do programa, atingindo assim, diferentes públicos que acompanham os trabalhos do Guri. Além disso, outro elemento a ser destacado como fator de sucesso das apresentações é a qualidade artística pedagógica das ações. Foram realizadas 1.122 apresentações presenciais dos grupos de polos, com a participação de 46.907 alunos e público de 180.594 pessoas. A meta anual de apresentações foi integralmente cumprida, havendo também a superação do número das atividades previstas inicialmente no plano de trabalho. Isto se deu pois neste período, acontecem as apresentações de final de ano, contemplando as diversas turmas de instrumento, coral e prática de conjunto dos diferentes polos de ensino. Tal superação não comprometeu de forma alguma a qualidade das ações, tampouco, houve desequilíbrio econômico financeiro no contrato de gestão, pois as apresentações ocorreram em grande parte nos polos de ensino do programa. A meta de público das apresentações musicais foi consideravelmente superada por conta da importante participação das famílias e comunidade nas atividades dos polos do Guri. Além disso, foi possível desenvolver parte das apresentações em espaços que comportam uma maior audiência. Outro elemento a ser destacado como fator de sucesso das apresentações é a qualidade artístico-pedagógica das ações que foram desenvolvidas, engajando, portanto, um grande público para as apresentações. Nas apresentações presenciais o total de público foi de 13.666 pessoas. A meta de público das apresentações musicais foi consideravelmente superada por conta da ampla divulgação das atividades nas mídias sociais do programa, atingindo assim, diferentes públicos que acompanham os trabalhos do Guri. Além disso, outro elemento a ser destacado como fator de sucesso das apresentações é a qualidade artístico-pedagógica das ações que foram desenvolvidas, engajando, portanto, um grande público para as apresentações. Nas apresentações presenciais o total de público foi de 13.666 pessoas. A meta de público das apresentações musicais dos Grupos de Referência foi consideravelmente superada por conta da importante participação das famílias e comunidade nas atividades do Guri. Além disso, foi possível desenvolver os concertos em espaços que comportam uma maior audiência. Outro elemento a ser destacado como fator de sucesso é a qualidade artístico-pedagógica das apresentações. Não houve prejuízo para a realização da ação por conta da meta de público ter sido superada. Foram realizadas 78 apresentações/ ações virtuais dos Grupos de Referência. Também foram realizadas 81 apresentações presenciais em 2022, conforme segue abaixo: - 6 apresentações da Camerata de Cordas Dedilhadas de Franca; - 6 apresentações da Camerata de Violões de Araçatuba; - 6 apresentações da Banda Sinfônica de Bauru; - 6 apresentações da Banda Sinfônica de Itaberá; - 6 apresentações da Orquestra de Jundiá; - 6 apresentações do Coro de Lorena; - 7 apresentações do Grupo de Percussão de Marília; - 6 apresentações do Coro de Piracicaba; - 6 apresentações da Orquestra de Presidente Prudente; - 6 apresentações da Camerata de Violões de Santos; - 8 apresentações da Big Band de São Carlos; - 6 apresentações da Camerata de Cordas Friccionadas de São José do Rio Preto; - 6 apresentações do Coro e Percussão de Sorocaba. Ao longo do ano todas as metas de apresentações dos Grupos de Referência foram integralmente cumpridas. Vale destacar que dois grupos tiveram um número maior de apresentações do que o inicialmente previsto no plano de trabalho. Tal superação não comprometeu de forma alguma o equilíbrio econômico-financeiro do contrato de gestão, pois os dois grupos tiveram o apoio das cidades parceiras para a viabilização das atividades. Ao longo do ano de 2022 participaram dos Grupos de Referência 467 alunos e alunas bolsistas, dos(as) quais 381 foram ativos(as), conforme informações que seguem: GR - ACIF-Franca - 27 alunos(as) matriculados(as) e 20 alunos(as) ativos(as); GR - Araçatuba - 16 alunos(as) matriculados(as) e 14 alunos(as) ativos(as); GR - Bauru - 52 alunos(as) matriculados(as) e 42 alunos(as) ativos(as); GR - Itaberá - 49 alunos(as) matriculados(as) e 37 alunos(as) ativos(as); GR - Jundiá - 57 alunos(as) matriculados(as) e 48 alunos(as) ativos(as); GR - Lorena - 34 alunos(as) matriculados(as) e 30 alunos(as) ativos(as); GR - Marília - 17 alunos(as) matriculados(as) e 11 alunos(as) ativos(as); GR - Piracicaba - 38 alunos(as) matriculados(as) e 30 alunos(as) ativos(as); GR - Presidente Prudente - 57 alunos(as) matriculados(as) e 47 alunos(as) ativos(as). GR - Santos - 16 alunos(as) matriculados(as) e 14 alunos(as) ativos(as). GR - São Carlos - 25 alunos(as) matriculados(as) e 20 alunos(as) ativos(as). GR - São José do Rio Preto - 36 alunos(as) matriculados(as) e 32 alunos(as) ativos(as). GR - Sorocaba - 43 alunos(as) matriculados(as) e 36 alunos(as) ativos(as). Todos os grupos superaram a meta de alunos(as) matriculados(as), entretanto, o número de alunos(as) ativos(as) não superou a meta anual. Informamos ainda que apesar dos grupos terem superado a meta de alunos(as) matriculados(as) não houve desequilíbrio financeiro ao Contrato de Gestão, uma vez que os(as) alunos(as) cancelados(as) são substituídos(as) por novos(as) alunos(as), mantendo inalterado o número de bolsistas dos grupos. **2.3 Bolsas de estudo do Projeto Guri - Grupos de Referência:** Em 2022 foram oferecidas 381 bolsas de estudo e concedidas 467 bolsas para alunos(as), dos quais 381 permaneceram ativos(as). Informa-se que alguns alunos e algumas alunas participantes dos Grupos de Referência desde anos anteriores não puderam mais participar desta atividade e, por consequência, solicitaram o cancelamento da matrícula. Muitos deles(as) relatam como motivo para a não participação, a incompatibilidade dos horários de ensaio e concertos futuros, compromissos na vida pessoal e novas configurações do cotidiano relacionadas ao período pós pandemia. **Eixo 3 - Ações educativas a distância:** Em 2022 foram enviadas 160.632 atividades aos(as) alunos(as) e disponibilizadas 15 videoaulas. As atividades educa-

cionais enviadas aos(as) alunos(as) são uma meta pactuada no Contrato de Gestão e foram enviadas semanalmente pelos(as) educadores(as) aos alunos e alunas via sistema acadêmico. Apesar de a meta anual ter sido superada, salientamos que tal superação não gerou qualquer tipo de desequilíbrio econômico-financeiro ao Contrato de Gestão uma vez que o envio das atividades faz parte do ofício dos(as) educadores(as) do Guri. Quanto ao Programa de Formação de Profissionais da Cultura, Novas Profissões Musicais e Empreendedorismo, foram realizadas 18 atividades. Apesar de o número de atividades deste novo programa ter superado a meta anual pactuada, informamos que todas as atividades foram realizadas com a equipe interna da Santa Marcelina Cultura ou mesmo em parceria com profissionais e prestadores de serviço ligados à instituição, em caráter *pro bono*, não havendo, portanto, qualquer desequilíbrio econômico-financeiro ao Contrato de Gestão. Ocorreram também 11 Cursos Livres EaD com 429 alunos matriculados. Apesar de o número de alunos(as) matriculados(as) nos Cursos Livres EaD ter superado a meta anual pactuada, informamos que não houve qualquer tipo de prejuízo pedagógico aos(as) mesmos(as), uma vez que todas as aulas foram ministradas online por meio de plataformas de videoconferência, as quais possuem ferramentas adequadas para este tipo de curso à distância e também proporcionam a participação de um número maior de pessoas. Salienta-se, ainda, a diversidade dos cursos oferecidos e a crescente demanda por cursos online. **Eixo 4 - Intercâmbio com Projetos Nacionais e Internacionais:** Em 2022 aconteceram 6 Intercâmbios com Projetos Nacionais e Internacionais. **Eixo 5 - Objetivos Sustentáveis da ONU:** Para o cumprimento desta meta foi realizada em 2022 32 oficinas socioeducativas relacionadas aos Objetivos Sustentáveis da ONU. Apesar do número de oficinas ter superado a meta anual, informamos que não houve desequilíbrio ou impacto nas demais ações realizadas ao longo do ano. Em razão do retorno presencial das atividades nos polos, foi necessário realizar um número maior de oficinas a fim de aproximar os(as) alunos(as) e familiares destas temáticas, bem como de reaproximá-los(as) dos polos e das equipes. **Eixo 6 - Desenvolvimento Social:** Em 2022 foram realizadas: 273 atendimentos para alunos(as) e familiares. Ao longo deste ano, com a ampliação do retorno às atividades presenciais, identificamos um maior acirramento na vulnerabilidade social e empobrecimento de nossos(as) alunos(as) e familiares, bem como, situações de adoecimento mental, o que refletiu em um maior número de atendimentos da equipe de Supervisão de Desenvolvimento Social. Por esse motivo essa meta foi ultrapassada quantitativamente. Vale informar que parte das diferentes situações foram acolhidas e acompanhadas pela equipe. Houve casos que foram encaminhados à rede socioassistencial para continuidade e ampliação deste atendimento e, embora superada a meta, informamos que não tivemos desequilíbrio orçamentário; 178 Oficinas socioeducativas com crianças e adolescentes. Com o retorno das atividades no formato presencial e, no intuito de ampliar o acolhimento, orientação e suporte na retomada das aulas, bem como, de sensibilizar alunos(as) da importância deste momento, realizou-se um número de oficinas maior do que o previamente planejado. Esses foram momentos bem importantes também de diagnóstico sobre com nossos(as) alunos(as) estão, bem como de identificar as situações mais complexas de vulnerabilidade social que precisavam de atendimento, além do desenvolvimento de oficinas temáticas com foco na ampliação do repertório cultural e da cidadania e garantia de direitos. Por fim, embora tenha ultrapassado a meta inicialmente proposta, informamos que não tivemos desequilíbrio ou impacto nas demais ações realizadas ao longo do ano; 41 Oficinas socioeducativas com as famílias das crianças e adolescentes. Nesta meta, do mesmo modo que com as oficinas com crianças e adolescentes, considerando a importância do momento de transição vivenciado pelo programa, bem como da necessidade de ampliar o acolhimento, orientação e suporte com as famílias, realizamos um número maior de oficinas do que planejado inicialmente. Nosso objetivo foi sensibilizar os familiares sobre a importância deste retorno, continuidade do Programa e frequência dos(as) alunos(as), discutindo, principalmente, as questões que essas famílias vivenciam durante o período da pandemia, acolhendo as situações de maior vulnerabilidade e encaminhando para atendimento à rede socioassistencial. Embora tenha ultrapassado a meta inicialmente proposta, informamos que não tivemos desequilíbrio ou impacto nas demais ações realizadas no restante deste ano; 5 Oficinas Socioeducativas de integração entre polos; 26 Atividades Culturais. Esta meta também foi ultrapassada em virtude da oportunidade de iniciarmos presencialmente o retorno das visitas a outros espaços culturais. As atividades culturais foram um dos momentos mais significativos e bem avaliados por aqueles(as) que já participaram, uma vez que, muitos alunos(as) e familiares relataram ter sentido falta de conhecer espaços culturais nos últimos anos em virtude do contexto pandêmico. Destacamos que muitas atividades culturais foram realizadas através de parcerias locais. Informamos que não tivemos desequilíbrio ou impacto nas demais ações realizadas no ano. **Eixo 7: Formação e Aperfeiçoamento de Equipe:** Em 2022 tivemos 65 ações de capacitações, com uma carga horária de 246 horas e 30 minutos e 1.291 colaboradores foram capacitados. Informamos que apesar de o número de ações de capacitação ter superado a meta anual pactuada, não houve desequilíbrio econômico-financeiro ao Contrato de Gestão, uma vez que muitas ações de formação foram conduzidas pela equipe interna da Santa Marcelina Cultura e do Projeto Guri. O grande número de ações deve-se ao fato de que as mesmas aconteceram em formato remoto e, a fim de proporcionar maior aproveitamento e conforto aos(as) participantes, a carga horária foi dividida em um número maior de ações, com atividades mais curtas. Além disso, algumas capacitações e encontros foram oferecidos mais de uma vez, porém para grupos diferentes de docentes e demais colaboradores(as), visando, igualmente a participação ativa de todos(as). Apesar de o número de colaboradores(as) capacitados(as) ter também superado a meta anual estabelecida, informamos que não houve prejuízo ou desequilíbrio econômico-financeiro ao Contrato de Gestão. Salientamos ainda que esta superação se deve ao fato de algumas das atividades de formação continuada serem abertas à maioria dos(as) colaboradores(as) do Guri, inclusive funcionários(as) da área meio, possibilitando maior alinhamento institucional e oportunidade de crescimento profissional a todos(as) os(as) envolvidos(as). Como já salientado anteriormente, apesar de o número de horas de capacitação ter superado a meta anual estabelecida, informamos que tal superação não gerou prejuízo ou desequilíbrio econômico-financeiro ao Contrato de Gestão, uma vez que muitas horas de formação foram ministradas pela equipe interna da Santa Marcelina Cultura e do Projeto Guri.

**12. Fundos de reserva/contingência:**  
Recursos de reserva **31/12/2022**  
Recursos de contingência 2.306.514  
**2.613.801**

Veja detalhes sobre as naturezas dos fundos de reservas e contingências na nota explicativa nº 3k. A seguir demonstramos a movimentação dos fundos em 31 de dezembro:

|                          |                | 2022                  |                         |                        |
|--------------------------|----------------|-----------------------|-------------------------|------------------------|
|                          | Valor residual | Valores recebidos (*) | Rendimentos financeiros | Consumo Valor residual |
| Recursos de reserva      | -              | 2.205.000             | 121.063 (19.548)        | 2.306.515              |
| Recursos de contingência | -              | 294.000               | 15.850 (2.564)          | 307.286                |
| <b>Total</b>             | -              | <b>2.499.000</b>      | <b>136.913 (22.112)</b> | <b>2.613.801</b>       |

(\*) Vide nota explicativa nº 11

**13. Recursos aplicados em ativos imobilizados:** Conforme demonstrado na nota explicativa nº 3l, os recursos aplicados na aquisição de ativo imobilizado e intangível são reconhecidos como uma receita diferida no passivo não circulante e são reconhecidos no resultado do exercício, de acordo com o regime de competência, em confronto com os respectivos montantes das despesas de depreciação e amortização em consonância com o CPC 07 (R1)/(NBC TG 07 (R2)). Vide nota explicativa nº 6 Ativo imobilizado. **Constituição em 1º de janeiro de 2022**  
Adição de imobilizado (nota explicativa nº 7) 69.967  
Custo residual baixado de imobilizado (3.194)  
Depreciação do imobilizado (nota explicativa nº 7) 66.773  
**14. Provisão para contingências:** A Entidade é parte (polo passivo) em ações judiciais envolvendo questões trabalhistas. A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos, análise das demandas judiciais pendentes e, quanto às ações trabalhistas, com base na experiência anterior referente às quantias reivindicadas, não constituiu provisão para perdas estimadas com ações em curso para o ano de 2022 considerando que as avaliações de tais foram classificadas como possíveis de perda. **Riscos avaliados como perdas possíveis:** Os valores das contingências de natureza trabalhista consideradas como perdas possíveis pelos assessores jurídicos da Entidade é de R\$ 371.610 em 2022 e não estão provisionadas tendo em vista que as práticas contábeis adotadas no Brasil não requerem sua contabilização.

Continua...



|   |   |  |
|---|---|--|
| <i>Continuação...</i>   |   |  |
| <b>15. Patrimônio líquido:</b> O Projeto Guri no Interior, Litoral e Fundação Casa é gerido pela Associação e tem suas operações suportadas exclusivamente por contratos de Gestão firmados com o Estado de São Paulo, por intermédio da Secretaria da Cultura. A Entidade apresentou déficit em 2022, ocasionando em um patrimônio líquido negativo de R\$ (2.778.082). Conforme destacado no Item 5 “Considerações finais” do Contrato de Gestão nº 01/2022, este déficit foi gerado em virtude da sub-rogação de passivos de férias e encargos a pagar, dos colaboradores provenientes da entidade antecessora na gestão, a serem liquidados pela Associação. <b>16. Remuneração da Administração:</b> O Estatuto Social da Associação possui previsão de não remuneração da Diretoria Estatutária. A Associação não distribui parcelas de patrimônio ou renda a qualquer título, e aplica integralmente no País os recursos destinados à manutenção de suas atividades. <b>17. Receitas vinculadas a recursos de contratos de gestão:</b> | Locação de veículos (2.100)<br>(630.428)<br><b>31/12/2022</b> |  |
| Contrato de Gestão - Projeto Guri (01/2022) - (Vide nota explicativa nº 10)   | 75.574.015  |  |
| Receitas realizadas em razão do confronto com as despesas de depreciação  | 3.194   |  |
| <b>18. Despesas com pessoal e encargos:</b>   | <b>75.577.20</b>  |  |
| Salários  | (38.601.011)  |  |
| Encargos  | (18.106.817)  |  |
| Férias  | (8.006.613)   |  |
| 13º Salário   | (3.575.151)   |  |
| Vale refeição   | (1.564.580)   |  |
| Cesta básica  | (1.011.263)   |  |
| Assistência médica  | (419.517)   |  |
| Vale transporte   | (654.309)   |  |
| Rescisão  | (168.314)   |  |
| Outros  | (186.829)   |  |
|   | <b>(72.294.404)</b>   |  |
| <b>19. Serviços prestados por terceiros:</b>  | <b>31/12/2022</b>   |  |
| Serviços diversos - pessoa jurídica (a)   | (2.252.418)   |  |
| Suporte em infraestrutura de TI   | (645.595)   |  |
| Consultoria e assessoria  | (140.800)   |  |
| Manutenção e conservação  | (75.539)  |  |
| Auditoria   | (53.950)  |  |
| Serviços - pessoa física  | (6.838)   |  |
|   | <b>(3.175.140)</b>  |  |
| (a) As despesas com serviços diversos pessoa jurídica referem-se, principalmente a limpeza, segurança, serviços artísticos, imagem e outros.  |   |  |
| <b>20. Despesas gerais:</b>   | <b>31/12/2022</b>   |  |
| Materiais de consumo  | (882.480)   |  |
| Combustíveis  | (381.152)   |  |
| Viagens e estadias  | (124.349)   |  |
| Telefone e internet   | (113.449)   |  |
| Lanches e refeições   | (90.868)  |  |
| Despesas de seguros   | (63.630)  |  |
| Treinamento de pessoal  | (45.451)  |  |
| Bens de natureza permanente   | (44.649)  |  |
| Consumo Água e Energia  | (40.996)  |  |
| Pedágios e estacionamento   | (36.212)  |  |
| Conduções e transportes   | (33.562)  |  |
| Correios e telégrafos   | (24.812)  |  |
| Copa e cozinha  | (17.596)  |  |
| Despesas com software   | (14.127)  |  |
| Despesas com instalações  | (12.378)  |  |
| Eventos   | (9.636)   |  |
| Cartórios e registros   | (2.901)   |  |
| Equipamentos de proteção individual   | (1.492)   |  |
| Despesas legais   | (458)   |  |
| Outras  | (450)   |  |
|   | <b>(1.940.648)</b>  |  |
| <b>21. Despesas de locação:</b>   | <b>31/12/2022</b>   |  |
| Locação de imóveis  | (412.654)   |  |
| Locação de equipamentos   | (156.146)   |  |
| Locação de espaço   | (52.188)  |  |
| Locação de partituras   | (7.340)   |  |
|   | <b>(723.128)</b>  |  |

**Parecer do Conselho para Assuntos Econômicos e Fiscais**

À Diretoria, O Conselho para Assuntos Econômicos e Fiscais da Associação de Cultura, Educação e Assistência Social Santa Marcelina, em reunião realizada nesta data, nos termos do artigo 54, inciso V, do Código Civil de 2002, e de acordo com o que determina o artigo 96 do Estatuto Social, no uso de suas atribuições legais, examinou as Demonstrações Financeiras “carve-out” do Projeto Guri no Interior, Litoral e Fundação CASA

**Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras “Carve-out”**

Aos Conselheiros e Administradores da Associação de Cultura, Educação e Assistência Social Santa Marcelina, gestora do “Projeto Guri no Interior, Litoral e Fundação CASA”, São Paulo - SP. **Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras “carve-out” do Projeto Guri no Interior, Litoral e Fundação CASA (“Entidade”), unidade de negócio controlada por meio de centros de custos, pertencente a filial operacionalizada pela Associação de Cultura, Educação e Assistência Social Santa Marcelina (“Associação”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras “carve-out” acima referidas, apresentam, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Projeto Guri no Interior, Litoral e Fundação CASA, unidade de negócio controlada por meio de centros de custos, pertencente a filial operacionalizada pela Associação de Cultura, Educação e Assistência Social Santa Marcelina em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com a base de elaboração descrita na Nota Explicativa nº 2. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras “carve-out””. Somos independentes em relação à entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Ênfase - Base de elaboração e restrição sobre uso e distribuição:** Chamamos a atenção para a Nota Explicativa nº 2 que descreve a base de elaboração das demonstrações financeiras “carve-out”. As demonstrações financeiras “carve-out” podem não ser um indicativo da posição e performance financeira e dos fluxos de caixa que poderiam ser obtidos se tivesse operado como uma única entidade independente. As demonstrações financeiras “carve-out” foram elaboradas pela administração da Associação de Cultura, Educação e Assistência Social Santa Marcelina com o propósito específico de determinação da posição patrimonial e financeira do Contrato de Gestão do Projeto Guri no Interior, Litoral e Fundação CASA e, portanto,

|  |                                   |                                      |
|--|-----------------------------------|--------------------------------------|
|  | (2.100)                           |                                      |
|  | <b>(630.428)</b>                  |                                      |
| <b>22. Resultado financeiro, líquido:</b>  | <b>31/12/2022</b>                 |                                      |
| <b>Receitas financeiras</b>  |                                   |                                      |
| Outras receitas financeiras  | 21.141                            |                                      |
| <b>Despesas financeiras</b>  |                                   |                                      |
| Tarifas bancárias  | (330.183)                         |                                      |
| Resultado financeiro, líquido  | <b>(309.042)</b>                  |                                      |
| <b>23. Instrumentos financeiros:</b> A Entidade opera apenas com instrumentos financeiros não derivativos, que incluem aplicações financeiras, caixa e equivalentes de caixa, assim como contas a pagar, cujos valores são representativos aos respectivos valores de mercado. <b>Estimativa do valor justo:</b> Os valores contábeis constantes no balanço patrimonial, quando comparados com os valores que poderiam ser obtidos na sua negociação em um mercado ativo ou, na ausência destes, com o valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros no mercado. Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 a Entidade não efetuou operações com derivativos. Em função das características e forma de operação (bem como posição patrimonial e financeira em 31 de dezembro de 2022), a Entidade está sujeita aos fatores de: (i) <b>Risco de liquidez:</b> Risco de liquidez é o risco de que a Entidade irá encontrar dificuldades em cumprir as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos em caixa ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Entidade na administração da liquidez é de garantir, na medida do possível, que sempre terá liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações no vencimento, tanto em condições normais como de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou risco de prejudicar a reputação da Entidade. <b>Exposição ao risco de liquidez:</b> A seguir, estão os vencimentos contratuais de passivos financeiros na data da demonstração financeira. |                                   |                                      |
| <b>31/12/2022</b>  | <b>Fluxo de caixa contratuais</b> |                                      |
| <b>Passivos financeiros</b>  | <b>Valor</b>                      | <b>6 meses 06 - 12 1 - 2 Mais de</b> |
| <b>Não derivativos</b>   | <b>Contábil Total</b>             | <b>ou Menos meses anos 5 anos</b>    |
| Fornecedores   | 444.329 444.329                   | 444.329 - - -                        |
| <b>Total</b>   | <b>444.329 444.329</b>            | <b>444.329 - - -</b>                 |
| (ii) <b>Risco de crédito:</b> Risco de crédito é o risco de a Entidade incorrer em perdas decorrentes de um contrato de gestão ou de uma contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais. Esse risco é principalmente proveniente do contas a receber com a Secretaria de Cultura e Economia Criativa do Governo do Estado de São Paulo e de instrumentos financeiros, porém o risco é reduzido em função da totalidade dos recursos estarem aplicados em bancos considerados de primeira linha. <b>Exposição a riscos de crédito:</b> A seguir, estão os valores contábeis dos ativos financeiros que representam a exposição máxima do crédito, na data das demonstrações financeiras “carve-out” foi:   |                                   |                                      |
|  |                                   | <b>31/12/2022</b>                    |
| Caixa e equivalentes de caixa - Aplicações financeiras   |                                   | 3.974.611                            |
| Recursos restritos vinculados a fundos - Aplicações financeiras  |                                   | 2.613.801                            |
| Outras ativos  |                                   | 2.402.881                            |
|  |                                   | <b>8.991.293</b>                     |
| <b>Caixa e equivalentes - A política de gestão de risco determina que a Entidade avalie regularmente o risco associado ao seu fluxo de caixa, bem como proposta de mitigar o risco. As estratégias de mitigação de risco são executadas com o objetivo de reduzir o risco com relação ao cumprimento dos compromissos assumidos. A Entidade possui aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, e que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa. No que tange às instituições financeiras, a Entidade somente realiza operações com instituições financeiras de baixo risco avaliadas por agências de rating e aplicações em títulos de renda fixa, que são realizadas com bancos de primeira linha. <b>Hierarquia de valor justo</b> A classificação dos instrumentos financeiros não derivativos está apresentada no quadro a seguir e não existem instrumentos financeiros diferentes de caixa classificados em outras categorias:</b>   |                                   |                                      |
|  | <b>Hierarquia de</b>              |                                      |
| <b>Ativos</b>  | <b>Classificação</b>              | <b>valor justo 31/12/2022</b>        |
| Caixa e Equivalentes de -  | Valor justo por                   |                                      |
| caixa Aplicações financeiras   | meio do resultado                 | Nível 2 3.974.611                    |
| Recursos restritos vinculados a  | Valor justo por                   |                                      |

(“Entidade”), unidade de negócio controlada por meio de centros de custos, pertencente a sua filial, inscrita sob o CNPJ 10.462.524/0003-10, encerradas em 31/12/2022, compreendendo o Balanço Patrimonial, Demonstração do Resultado do Exercício, Demonstração do Resultado Abrangente, Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, Demonstração dos Fluxos de Caixa, Demonstração do Valor Adicionado e as correspondentes Notas Explicativas, considerando para tanto o parecer emitido pela auditoria **KPMG Assurance Services Ltda.** em 29/03/2023. Com base

podem não servir para outras finalidades. Nosso relatório destina-se exclusivamente para a utilização da Associação de Cultura, Educação e Assistência Social Santa Marcelina e não deve ser distribuído ou utilizado por outras partes. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto. **Outros assuntos: Demonstração do valor adicionado:** A demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, elaborada sob a responsabilidade da administração da Associação, cuja apresentação não é requerida às entidades de direito privado sem fins lucrativos foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras “carve-out” da Entidade. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está reconciliada às demais demonstrações financeiras “carve-out” e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente preparada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e está consistente em relação às demonstrações financeiras “carve-out” tomadas em conjunto. **Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras “carve-out”:** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras “carve-out” de acordo com a base de elaboração descrita na Nota Explicativa nº 2 e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras “carve-out” livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras “carve-out”, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de à Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras “carve-out”, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. **Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras “carve-out”:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras “carve-out”, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consi-

|   |  |                       |
|---|--|-----------------------|
| fundos- Aplicações financeiras  | meio do resultado                              | Nível 2 2.613.801     |
|   |  | <b>6.588.412</b>      |
| <b>Passivos</b>   | <b>Classificação</b>                           | <b>31/12/2022</b>     |
| Fornecedores  | Outros passivos financeiros (custo amortizado) | 444.329               |
|   |  | <b>444.329</b>        |
| O CPC 48/NBC TG 48 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento estabelece uma hierarquia de três níveis para o valor justo, a qual prioriza as informações quando da mensuração do valor justo pela Entidade para maximizar o uso de informações observáveis e minimizar o uso de informações não observáveis. O CPC 48/NBC TG 48 descreve os três níveis de informações que devem ser utilizadas na mensuração ao valor justo: • <b>Nível 1</b> - Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos. • <b>Nível 2</b> - Inputs, exceto preços cotados, incluídos no nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços). • <b>Nível 3</b> - Premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis). O processo de mensuração do valor justo dos instrumentos financeiros da Entidade está classificado como Nível 2 (representado pelas aplicações financeiras). <b>24. Aspectos relacionados a impostos e contribuições:</b> A Associação de Cultura, Educação e Assistência Social Santa Marcelina, por ter objetivos e caráter de Assistência Social, goza da imunidade aos Impostos prevista no artigo 150, inciso VI, alínea “c”, da Constituição Federal de 1988 e, para tanto, cumpre os requisitos do artigo 14 do Código Tributário Nacional, quais sejam: (i) Não distribuírem qualquer parcela de seu patrimônio ou de suas rendas, a qualquer título; (ii) Aplicarem integralmente, no País, os seus recursos na manutenção dos seus objetivos institucionais; (iii) Manterem escrituração de suas receitas e despesas em livros revestidos de formalidades capazes de assegurar sua exatidão. A Associação (assim como o Projeto Guri) não goza da imunidade para as contribuições da Seguridade Social prevista no artigo 195, § 7º da CF/88 em razão de ainda não possuir o Certificado de Entidades Beneficentes de Assistência Social CEBAS, estando contudo, envidando esforços para alcançá-lo. Portanto é contribuinte do INSS Cota Patronal, do PIS incidente sobre a folha de pagamento e das Contribuições para Terceiros. A Associação é isenta do PIS/PASEP, da COFINS e da CSL. <b>25. Cobertura de Seguros:</b> De acordo com o disposto no item 27 (i) da ITG 2002 (R1), segue abaixo informações sobre os seguros contratados pela entidade em 31 de dezembro de 2022, como medida preventiva para cobertura de eventuais sinistros: |  |                       |
| <b>Seguradora</b>   | <b>Modalidade</b>                              | <b>Valores</b>        |
|   | <b>Segurados</b>                               | <b>Vencimento</b>     |
| Porto Seguro  | Seguro Predial (Polos)                         | 16.050.000 16/08/2023 |
| Porto Seguro  | Seguro Predial (Sede)                          | 4.314.758 04/02/2024  |
| Liberty Seguros   | Responsabilidade Civil                         | 1.000.000 30/09/2023  |
| <i>*Os seguros de veículos compreendem também coberturas de acidentes pessoais por passageiro (morte / invalidez), acessórios e danos a terceiros (morais, materiais e corporais).</i>  |  |                       |
| <b>26. Renúncia fiscal:</b> A Entidade entende como renúncia fiscal, a ação do ente público que, podendo cobrar o tributo se abstém de fazê-lo por meio de lei conforme dispõe o art. 176, caput do CTN que trata do instituto da Isenção. Neste sentido, em atendimento ao item 27, letra “c” da ITG 2002 (R1) - entidade sem finalidade de lucros, a Entidade apresenta a seguir a relação dos tributos objetos da renúncia fiscal para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022. <b>Da Contribuição Social sobre o Lucro - CSL:</b> Prevê o Decreto Lei 9.532/97 que “consideram-se isentas a CSL as instituições de caráter filantrópico que prestem os serviços para os quais houverem sido instituídas e os colocoem à disposição do grupo de pessoas a que se destinam, sem fins lucrativos. <b>Da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS e do Programa de Integração Social - PIS:</b> Segundo o Decreto nº 4.524/2002 são contribuintes do PIS/Pasep incidente sobre a folha de salários, instituições de caráter filantrópico e, estas não contribuem para o PIS/Pasep incidente sobre o faturamento e são isentas da Cofins com relação às receitas derivadas de suas atividades próprias.   |  |                       |
| <b>Rosane Ghedin</b> - Diretora Presidente  |  |                       |
| <b>Rodrigo Ronald Henrique da Silva</b> - Contador - CRC nº 1SP-290165/O-2  |  |                       |

nos exames efetuados, o Conselho para Assuntos Econômicos e Fiscais, entendendo que as peças acima citadas representam adequadamente a Posição Patrimonial e Econômica da entidade e que estão em conformidade com as disposições legais pertinentes à matéria, por unanimidade de seus membros, opina favoravelmente à aprovação integral e sem qualquer ressalva dos referidos documentos. São Paulo, 29 de março de 2023. Ir. Odiva Palla. Ir. Luceni das Mercês. Ir. Treza Aparecida Benjamin Teixeira.

deradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras “carve-out”. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras “carve-out”, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da entidade. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras “carve-out” ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a entidade a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras “carve-out”, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras “carve-out”, representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. São Paulo, 29 de março de 2023. **KPMG Assurance Services Ltda.** - CRC 2SP-023228/O-4 **Marcos A. Boscolo** - Contador CRC 1SP198789/O-0

**Produtos Alimentícios Orlândia S/A Comércio e Indústria**

CNPJ Nº 53.309.845/0001-20 - NIRE 35300036476

**Assembleia Geral Extraordinária - Edital de Convocação**

São convocados os Srs. Acionistas a se reunirem em Assembleia Geral Extraordinária no próximo dia 28/04/2023, às 15 horas, na sede social da Empresa, na Avenida do Café, 129, em Orlândia/SP, afim de discutir e deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: 1) Aumento do Capital Social; 2) Consolidação do Estatuto Social; 3) Outros assuntos de interesse social. Orlândia/SP, 30/03/2023. (30, 31/03 e 01,04)

**Living Ipê Empreendimentos Imobiliários Ltda**

CNPJ 16.620.215/0001-45 - NIRE 35226801691

**Extrato da Ata de Reunião de Sócios**

Em 02.01.2023, na sede da Sociedade. **Presença:** Totalidade dos Sócios. **Mesa:** Presidente: Rafaela Nogueira de Carvalho Corti, Secretária: Sigrid Amantino Barcelos. **Deliberações.** Os sócios aprovaram por unanimidade, reduzir o capital social, por revelar-se excessivo em relação ao seu objeto social, atualmente no valor de R\$ 23.391.379,00 para R\$ 16.791.379,00, autorizar a consequente alteração do Contrato Social, bem como determinar a publicação deste extrato, na forma da Lei, para os devidos fins. **Encerramento.** Nada mais havendo a tratar, foi lavrada a presente ata.

**Fundação Butantan**

CNPJ: 61.189.445/0001-56

**COMUNICADO**

**PROCESSO:** 001/0708/000.237/2023. **PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 028/2023 . MODALIDADE:** Pregão Eletrônico. Considerando o equívoco na fase de agendamento do Pregão Eletrônico nº 028/2023, Oferta de Compra: 895000801002023OC00032, publicada no DOE de 30/03/2023, seção Empresarial, pág. 19 e o Estado de S. Paulo, B30. Faz-se necessária a retificação, referente a data de Abertura da Sessão. **ONDE SE LÊ: DATA E HORA DA ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA: 12/04/2023 às 09h30min. LEIA-SE: DATA E HORA DA ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA: 13/04/2023 às 09h30min.**